PASTORAL DA
TERRA

Comissão Pastoral da Terra Janeiro a Março de 2020 Ano 45 – Nº 243

Foto: Joka Madruga

MORRE EX-PRESIDENTE DA CPT, DOM ENEMÉSIO LAZZARIS

pág.: 7

Foto: Andressa Zumpano

8 DE MARÇO:
Nós que amamos a Revolução, resistimos

pág.: 6

EDITORIAL

Do luto à luta!

A CPT começa o ano de 2020 com uma triste notícia, perdemos Dom Enemésio Lazzaris. Ex-presidente da Pastoral, Dom Enemésio atuava há anos junto ao povo pobre do Maranhão. Sempre sorridente, dedicou a vida a esse povo e a luta por justiça social. Ele se junta aos encantados e encantadas que trilharam caminhos de luta junto a ele ou mesmo antes dele.

Começamos o ano, também, fazendo memória de nossos mártires. Dom Oscar Romero foi assassinado há 40 anos, em El Salvador. Celebramos sua memória e sua luta junto do povo latino-americano. Celebramos também a luta da mártir da Amazônia, Dorothy Stang, assassinada há 15 anos.

Motivados e motivadas pela memória de nossos mártires, seguimos na luta por um novo projeto de sociedade. As mulheres seguem na vanguarda da resistência, seja na articulação da comunidade, em projetos de economia solidária, como na animação da luta e na ocupação das ruas. O 8 de março, mais uma vez, trouxe fogo à luta contra o projeto nefasto imposto pelo presidente Bolsonaro. 3.500 mulheres sem terra se reuniram em Brasília no I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra. Elas coloriram as vias da Esplanada dos Ministério, ao se juntarem ao ato do 8 de março.

Um ano após o crime da Vale em Brumadinho, viver em risco permanente é o que nos revela a realidade da mineração. Não só barragens que se rompem, matam. Existe um crime invisível, um cotidiano de contaminação. Por isso que a semente da campanha "Mineração Aqui Não! Pela vida dos Povos e das Águas do Semiárido!" foi plantada pelas comunidades tradicionais Geraizeiras contra mais um projeto de mineração em território mineiro, e envolveu outras lutas na Bacia do Jequitinhonha e no Semiárido.

Em janeiro, a Campanha Nacional da CPT de Combate e Erradicação do Trabalho Escravo denunciou que o ano de 2019 manteve a média dos índices de escravização de trabalhadores e trabalhadoras dos últimos anos. A extinção do Ministério do Trabalho e as políticas do novo governo, estão tentando manter na invisibilidade esse crime ainda tão latente em nosso país.

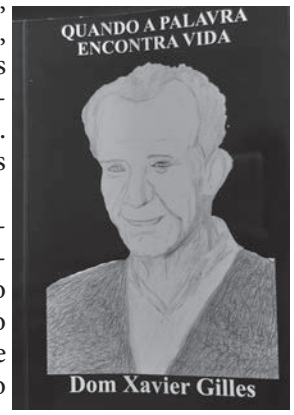
Em 22 de março comemora-se o Dia Mundial da Água. Esse bem essencial para a vida está cada vez mais sob disputa: a CPT tem registrado ano após ano aumentos consideráveis dos conflitos no campo por água. Em contraponto a esse cenário conflituoso, há exemplos de conscientização e recuperação de nascentes, por parte das comunidades.

Assim como no Brasil, toda a América Latina vive uma situação conturbada. Eleição imprevisível na Bolívia, perseguição a líderes sociais na Guatemala e em Honduras, e o continente perde uma grande referência, o sacerdote e poeta nicaraguense, Ernesto Cardenal. Um dos grandes expoentes da Teologia da Libertação, morreu aos 95 anos após dedicar a sua vida à luta dos povos e por justiça, e à poesia.

Boa leitura!

PUBLICAÇÕES

Quando a palavra encontra vida – Dom Xavier Gilles



O livro sobre Dom Xavier Gilles de Maupeou D'Ableiges, nascido em Saumur, na França, em 1935, foi publicado, a princípio, em sua terra natal com o título "Un Français évêque au Brésil questionne son Église", e, em 2019, traduzido para a língua portuguesa por Claudio Zannoni. A 1ª edição da publicação surge a partir de entrevistas realizadas por Isabelle Colson e Alain de Maupeou.
A convite de Dom Antônio Batista Fragoso, Xavier Gilles saiu da Europa para trabalhar no Brasil, mais especificamente em São Luís (MA), e depois seguiu para o interior do estado. Por conta de seu trabalho junto ao povo, em 1971 foi preso pelo regime militar acusado de comunismo. Sempre se dedicou fortemente ao trabalho com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), foi coordenador estadual da CPT e das CEBs entre 1980 e 1982. Em 1995 foi nomeado bispo auxiliar de São Luís, e em 1998 foi nomeado bispo da Diocese de Viana. O religioso também foi vice-presidente da CPT. As CEBs eram, conforme Dom Xavier, "um novo modo de ser Igreja". Para saber como adquirir o livro, entre em contato com Claudio Zannoni: zanmaira53@gmail.com

A mineração vem aí… E agora?

A publicação é definida como "um guia prático em defesa dos territórios", sendo o Caderno 1 da série "Mineração: Para quê? Para quem?". Esse livro é uma produção da FASE – Solidariedade e Educação, POEMAS (Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade), Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, Rede Brasileira de Justiça Ambiental, Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale e Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM). A produção busca evidenciar e sistematizar algumas informações colhidas ao longo do trabalho desenvolvido por organizações e movimentos populares que vêm, nos últimos anos, formulando propostas para que o modelo mineral brasileiro seja profundamente revisto.
Com belas e fortes ilustrações de Laiana Vieira, o livro ressalta o crescimento acelerado da atividade mineral nas últimas décadas no Brasil. "As escalas de produção, consumo e impactos destes empreendimentos minerários são gigantescas. Muito se fala sobre os benefícios que a mineração traz para o país, mas muito se cala sobre os impactos negativos dessa atividade sobre o meio ambiente, as comunidades urbanas, rurais e os trabalhadores da mineração". O livro pode ser baixado gratuitamente no site da FASE: www.fase.org.br

PASTORAL DA TERRA

É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).
Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – **CEP.:** 74030-090.
Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.
www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom André de Witte

Vice-presidente
Dom José Lonilton

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Isolete Wichinieski
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)
Antônio Canuto
Elvis Marques (Reg. Prof.: 0003705/GO)
Mário Manzi (Reg. Prof.: 0005157/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO
Brot für die Welt
Canadian Catholic Organization for Development and Peace
CCFD
MISEREOR IHR HILFSWERK

ASSINATURAS
Anual R$ 10,00.
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal,
Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0
Comissão Pastoral da Terra
CNPJ: 02.375.913/0001-18
Para doações internacionais:
IBAN: BR95 0036 0305 0452 0000 0003 860C 1
Código Swift: CEFXBRSP
Informações cpt@cptnacional.org.br
Tiragem: 3.750 exemplares

Fique Informado

Nicarágua em luto pela morte do sacerdote e poeta Ernesto Cardenal

Foto: Reprodução - Vatican News

No domingo, 1º de março, aos 95 anos de idade, faleceu o sacerdote trapista e poeta nicaraguense padre Ernesto Cardenal. No ano passado, o Papa Francisco havia levantado as sanções canônicas contra ele, depois de ter sido suspenso "a divinis" por mais de trinta anos por causa de sua militância política.

A Conferência Episcopal da Nicarágua "lamentou" a morte do padre Ernesto Cardenal, que faleceu no dia 1° de março aos 95 anos de idade, num hospital da capital Manágua, onde esteve internado durante alguns dias por problemas renais e cardíacos. A notícia da morte de Cardenal foi comunicada pela escritora nicaraguense Gioconda Belli, que o definiu como "um grande poeta", uma vida dedicada "à poesia e à luta pela liberdade e justiça".

Em fevereiro do ano passado, o Papa havia concedido a plena reintegração do padre Cardenal, suspenso a divinis há mais de trinta anos por causa de sua militância política. O sacerdote tinha participado como ministro da Cultura (1979-1988) do governo liderado por Daniel Ortega. No hospital, onde estava internado, o sacerdote tinha recebido a bênção de Francisco através do núncio Waldemar St. Sommertag. A suspensão a divinis tinha sido aceita por Cardenal, que tinha se comprometido a nunca realizar "qualquer atividade pastoral", abandonando depois com o tempo qualquer compromisso político. Em 1994, Cardenal deixou a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), criticando o que ele interpretou como uma deriva autoritária do partido.

O padre Cardenal, expoente da Teologia da Libertação, foi um dos maiores poetas hispano-americanos. A publicação do seu livro: "Crianças das Estrelas" ocorreu no ano passado.

(Benedetta Capelli – Vatican News)

Raoni e 45 povos indígenas lançam manifesto pela vida

"Vou continuar até quando meu corpo resistir. Estamos unidos para defender o povo e a terra", declarou Raoni, em entrevista

Por quatro dias, a aldeia Piaraçu, na Terra Indígena Capoto Jarina (MT), tornou-se o centro do mundo para 45 povos indígenas. Cerca de 600 lideranças indígenas protagonizaram um evento inédito em todo o país, o Encontro dos Povos Mebengokrê. No final do encontro, após quatro dias e muitos debates, os povos indígenas deram um exemplo a todo Brasil durante a construção do documento "Manifesto do Piaraçu das lideranças indígenas e caciques do Brasil".

O encontro foi idealizado pelo líder Kayapó Raoni, ou Raoni Metukire, em seu idioma materno, que mesmo com quase noventa anos, insiste em convencer os homens a repensarem a ocupação do planeta. As discussões do evento apontaram o governo do presidente Jair Bolsonaro como um dos principais inimigos dos povos indígenas hoje. "Queríamos que a Funai (Fundação Nacional do Índio) voltasse aos bons tempos. Estivesse fortalecida e com estrutura para ajudar os povos indígenas como nos tempos de Olímpio Serra, Sidney Possuelo, Claudio Romero e os outros presidentes que realmente pensavam nos povos indígenas", conta Megaron Txucarramãe.

"Essa reunião não veio para fazermos guerra. Estamos unidos para defender o povo e a terra. Quero que todo mundo respeite os indígenas e nos deixe viver em paz", concluiu Raoni. Em 2019, ele foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz. Embora não tenha sido escolhido, seu nome permanece com a indicação para 2020.

Foto: Kamikia Kisedje

(Juliana Arini - Amazônia Real)

Povo Guajajara resiste às invasões territoriais e registra 48 assassinatos em menos de 20 anos

Foto: Tiago Miotto - CIMI

Os Guajajara, autodenominados Tenetehar, ano após ano, convivem com os incêndios de origem criminosa, além da invasão de madeireiros e grileiros ocupando as terras demarcadas

O Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), registrou, nos anos 2000, pelo menos 48 casos de assassinatos de indígenas do povo Guajajara – 47 deles no Maranhão e um no Pará. O ano de 2019 já é o quarto a registrar mais assassinatos de Guajajara no período, com seis casos identificados até o dia 19 de dezembro, entre eles o de Erisvan Guajajara, de 15 anos, morto na cidade de Amarante. Nos últimos vinte anos, os maiores números de assassinatos Guajajara foram registrados nos anos de 2007 e 2016, com dez casos cada, e de 2012, com sete casos.

Segundo os dados, o território mais afetado pela violência contra os indígenas é a Terra Indígena (TI) Arariboia, que registrou 18 assassinatos de indígenas do povo Guajajara – mais de um terço do total. A terra é compartilhada pelos Guajajara com os Awá-Guajá livres, em situação de isolamento voluntário.

Nos últimos anos, a TI Arariboia tem sofrido com a forte investida de madeireiros, e também de fazendeiros – no início de 2019, indígenas denunciaram a invasão e o loteamento de partes da terra indígena. Sem a fiscalização necessária, dificultada ainda mais pelos cortes orçamentários da Fundação Nacional do Índio (Funai), os indígenas vêm organizando grupos de Guardiões da Floresta para fiscalizar o território e repelir os invasores. No contexto de proteção territorial que os guardiões Paulino Guajajara e Laércio Souza Silva sofreram uma emboscada no início de novembro, quando partiram da aldeia Lagoa Comprida, norte da Terra Indígena, a 100 km do município de Amarante, para caçar. Já na mata, foram surpreendidos por cinco madeireiros armados.

De 2006 para cá, a TI Arariboia detém o segundo maior número de registros de invasão no estado do Maranhão, com 20 casos identificados no banco de violências do Cimi. As terras em que houve registro de assassinato de indígenas Guajajara neste período tiveram 44 casos de invasão possessória. Quase metade destes casos – um total de 20 – ocorreram nos últimos cinco anos. Foi nesse contexto que, em 2016, ocorreu uma sequência de quatro assassinatos de lideranças da TI Arariboia em apenas um mês.

(Renato Santana e Tiago Miotto /Cimi)

ARTIGO

Um ano depois do Crime da Vale em Brumadinho

FREI RODRIGO PÉRET, OFM*

Um ano após o crime da Vale em Brumadinho, viver em risco permanente é o que nos revela a realidade da mineração. A reincidência do crime de rompimento de barragens, em particular, o da Samarco (Vale/BHP Billinton) em Mariana (2015), com 20 pessoas mortas e o da Vale em Brumadinho (2019), com 272 mortes e, a destruição ambiental de ambos os casos, desmascara a mineração como um negócio perverso, gerador de riqueza para poucos, com o apoio dos poderes do Estado.

Não só barragens que se rompem, matam. Existe um crime invisível, um cotidiano de contaminação. Em Minas Gerais temos a contaminação da disposição de rejeitos com arsênio e cianureto, advindos da extração de ouro, pela mineradora Kinross, em Paracatu; os rejeitos de material radioativo urânio, tório e rádio depositados, frutos de extração desativada de urânio, das Indústrias Nucleares do Brasil, ligada ao Ministério de Minas e Energia, em Caldas. Contaminação de bário, com efeitos que já duram 37 anos, resultante de infiltração a partir dos rejeitos da mineração de nióbio, da CBMM, em Araxá. Tratam-se de contaminações que carregam uma história de doenças e de centenas de mortes.

Após o crime da Vale em Brumadinho, se multiplicaram os alertas. Parece à primeira vista, que do nada, mineradoras e a Defesa Civil do Estado de Minas Gerais começaram a reportar à sociedade uma série alarmante de risco de colapso de estruturas de barragens de rejeitos. Porém, se tornou impossível manter escondido o que setores da sociedade civil, comunidades, organizações e movimentos sociais denunciavam há tempos: a falta de segurança e o risco estrutural constantes na disposição de rejeitos.

Com essa revelação, a incerteza invadiu a vida de milhares de pessoas. Populações em municípios como Nova Lima, Rio Acima, Ouro Preto, Barão de Cocais, Santa Barbara, Belo Vale, Itabirito e Congonhas foram surpreendidas com toque de sirenes e remoção de pessoas. Medidas de segurança, placas de "rotas de fuga" e "pontos de encontro" foram instaladas, além de sirenes. Se tornou público populações em áreas chamadas de Zonas de Auto Salvamento, na realidade Zonas de Risco de Morte. Uma vez acionadas as sirenes, cabe a elas correrem. O Estado impôs em vários territórios urbanos e rurais o protocolo do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração.

Um sentimento de insegurança se espalhou por várias regiões de um estado historicamente espoliado pela mineração. Em muitos municípios foram anunciadas reuniões com as empresas. O povo é convocado. Mapas, explicações técnicas, discussões e promessas são apresentadas. As pessoas se descobrem como atingidas pela mineração. O Estado em estreita relação com as mineradoras reforça a lógica perversa das mesmas, a de que para a população cabe estabelecer uma nova rotina, "permanecer atenta aos chamados de emergência" e correr, fugir, quando necessário.

Foto: Andressa Zumpano

Minas Gerias é refém das mineradoras. Vive uma política cuja estratégia é o abandono de ações de defesa e combate contra a mineração predatória, irresponsável e de alto risco, que dá lugar à gestão da convivência com os riscos. Opta-se por impor nos territórios ações de previsão antecipada, mapeamento, estabelecimento de equipamentos de segurança e alarme, rotas de fuga e treinamentos, tudo sincronizado com ações do sistema da Defesa Civil. Uns dirão que se trata de criar comunidades resilientes. Um nome bonito para definir uma comunidade que sabe fugir, correr na hora certa e se esconder; que cede seus modos de vida, suas formas de sobrevivência, suas moradias, histórias, tradições, cultura e terras; que se prepara para conviver com o desastre, que aceita a invasão de empreendimentos que matam e destroem; que se acostuma a viver sob tensão para que os lucros de corporações extirpem a vida e a alma do povo, em nome de uma adaptação propagandeada como capacidade humana de superar as adversidades. Naturaliza-se assim o crime, como parte do cotidiano.

Foto: Andressa Zumpano

Capturadas pelas mineradoras, as instituições do Estado se rendem e negam o direito das populações em seus territórios; flexibiliza a legislação de proteção ambiental, facilita concessões de licenças; permite o auto monitoramento por parte das empresas. Nos casos de grandes ameaças, desastres e crimes, com lama real ou invisível, cria-se uma verdadeira fábrica de acordos. Os Termos de Ajuste de Conduta, onde atingidos e vitimas são levados a sentar à mesma mesa com seus agressores, criminosos, se sujeitando a suas vontades. O controle dos territórios atingidos ou sob ameaça, as cenas dos crimes, esta e com os que os perpetram, as mineradoras. Nesse processo de acordos elas são descriminalizadas e o Estado reforça o poder das mesmas nos territórios. Empoderadas as mineradoras dividem as comunidades, aumentam suas propriedades, negócios extrativos e lucros.

Empurra-se para fora dos territórios a população, destroem territorialidades e redesenham os territórios suprimindo a diversidade da vida e dos elementos da natureza.

No dia 11 de janeiro de 2020, a mineradora Vale elevou para o segundo nível de emergência a situação da Barragem Capitão do Mato, situada em mina com o mesmo nome, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Segundo a Vale, agora seria em função "do volume de chuvas superior à média histórica registrada na região".

*CPT Minas Gerais.

DIA NACIONAL DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

2019: Com risco de crescente invisibilidade, trabalho escravo permanece no Brasil

Com 1.054 pessoas encontradas em situação de trabalho escravo em 2019 (e 968 delas efetivamente resgatadas), os números do ano de 2019 se situam praticamente na média dos últimos 5 anos e demonstram a resiliência do problema, em contexto de restrição crescente dos recursos financeiros e humanos dedicados no Brasil à fiscalização deste crime. Em 2018 e 2019 a fiscalização do trabalho dispôs de magros R$ 71 e 70 milhões, respectivamente. Para 2020, a previsão orçamentária deve piorar este quadro: míseros R$ 36 milhões. Conforme informado pelo SINAIT, falta preencher 1.484 dos 3.644 cargos de fiscais criados por lei: um déficit de 40%.

DE OLHO ABERTO PARA NÃO VIRAR ESCRAVO!*

Uma coisa é óbvia: sem fiscalização, não há como flagrar a prática do trabalho escravo

Entre 2008 e 2014, em seis anos, a fiscalização alcançou uma média anual de 315 estabelecimentos em ações contra o trabalho escravo, somando todos os estados, quer do Grupo Móvel (GM) quer das Superintendências Regionais (SRT). Mais da metade dos estabelecimentos fiscalizados eram na Amazônia (163). De lá para cá, o número total caiu em média para 250 estabelecimentos fiscalizados por ano, 103 na Amazônia. Em 2019: houve um total de 267 fiscalizações, com apenas 78 na Amazônia.

A região tida como cenário preponderante para o trabalho escravo – por sinal quase sempre associado a desmatamento e destruição ambiental – deixou de ser foco de relevante fiscalização.

Nos poucos Estados em que os fiscais conseguiram manter uma atuação relevante, os resultados são evidentes: exemplar é o caso de Minas Gerais onde se manteve uma média anual de 40 fiscalizações nos últimos 6 anos (mais que em qualquer outro estado) e que segue liderando o ranking nacional do número de trabalhadores escravizados: 464 em 2019, com uma média anual de 500 desde 2009. Por comparação, foram realizadas 26 fiscalizações em São Paulo (95 trabalhadores escravizados encontrados), 25 no Pará (66), 21 no Rio de Janeiro (23), 15 no Maranhão (59), 11 no Mato Grosso (38), 8 no Tocantins (4), 6 no Mato Grosso do Sul (6). No Nordeste, entre CE, PB, PE, PI, RN e SE, foram feitas 51 fiscalizações que encontraram 141 pessoas em situação análoga à de escravo.

Na metade dos Estados, não houve em 2019 nenhuma operação realizada a partir da Superintendência regional competente. Por outro lado, as SRT´s de MG, SP, RJ e MS assumiram praticamente a totalidade das fiscalizações realizadas no seu território. Na Bahia, a SRT assumiu 7 das 20 fiscalizações. Nos outros Estados (MT, MA, PA, PB, RN, RO, RR, SE, TO), predominou a atuação do Grupo Móvel nacional: sem ele, nada ou quase nada teria sido feito.

LIBERTADOS/ATIVIDADE Fontes: Detrae,CPT, MPT, PRF Processamento: CPT	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	média 2013-19	%
DESMATAMENTO	38	97	2	48	33	0	44	37	3,1%
PECUÁRIA	284	319	181	214	145	118	140	200	16,5%
MONOCULTIVO DE ÁRVORES	68	31	37	20	10	3	28	28	2,3%
EXTRATIVISMO VEGETAL	102	272	97	91	35	45	49	99	8,1%
CANA DE AÇÚCAR	50	49	0	44	0	0	0	20	1,7%
OUTR. LAV. TEMPORÁRIAS	102	173	51	18	47	149	186	104	8,5%
LAVOURAS PERMANENTES	316	230	152	107	51	429	130	202	16,6%
CARVÃO VEGETAL	67	145	30	45	18	98	133	77	6,3%
MINERAÇÃO	49	25	54	8	52	101	35	46	3.8%
Atividades realizadas no campo*	1076	1341	604	595	391	943	745	814	66,9%
CONSTRUÇÃO CIVIL	852	184	192	78	98	77	119	229	18.8%
CONFECÇÃO	122	167	35	20	41	42	38	66	5,5%
OUTRO	179	100	70	138	19	96	148	107	8,8%
Atividades não realizadas no campo*	1153	451	297	236	158	215	305	402	33,1%
TOTAL GERAL	2229	1792	901	831	549	1158	1050	1216	100,0%

Aqui se aplicaria a recomendação de Jesus, citada no evangelho de Mateus (Mt, 7,7): "Busquem e encontrarão!".

A análise setorial do trabalho escravo revela a persistência desta prática no setor agropecuário, inclusive em atividades do agronegócio (tais como lavouras de soja, milho, feijão, café, somando 24 casos e 216 trabalhadores escravizados encontrados), além da pecuária tradicional (27 casos e 148 trabalhadores). Chamam a atenção em 2019 os 23 resgates realizados em serviços domésticos (4 casos, 15 escravos encontrados) e em atividades de exploração sexual (2 casos, 8 pessoas resgatadas). Em 13 casos fiscalizados foram alcançados 119 estrangeiros (entre bolivianos, peruanos, chineses, paraguaios e venezuelanos) e, em 2 casos, 10 indígenas (nos estados de AM e MS).

Nota da CPT e da CEPEETH para o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

¿Estos, no son hombres?¿Esto no entendéis, esto no sentís? -
Frei Antônio Montesino, o.p, dez. 1511, La Española (Santo Domingo)

Neste momento da vida nacional em que presenciamos ataques e reduções de direitos associados ao desmonte da fiscalização, fica ainda mais fundamental fazer memória, no dia 28 de janeiro, de um evento em que se tentou intimidar a ação da fiscalização do trabalho: o assassinato de 4 servidores públicos, 3 auditores fiscais do trabalho e seu motorista, 16 anos atrás, quando fiscalizavam fazendas da zona rural de Unaí (MG). Tornou-se um apelo para toda a sociedade voltar seus olhos para a trágica realidade do trabalho escravo: um escândalo denunciado desde os primórdios da colonização das Américas e que teima em vigorar em pleno século 21, no Brasil e no mundo.

(...)

A eliminação do Ministério do Trabalho e a sua incorporação ao Ministério da Economia escancaram a política que se rege por outros interesses que não os de melhorar as condições de trabalho e a vida de trabalhadores e trabalhadoras. Diluído nesta megaestrutura, o antigo MTE virou mera Secretaria Especial, sem peso nem orçamento adequado. Assim se cumpre o sonho de muitas empresas de neutralizar qualquer mecanismo de fiscalização que venha inibir seus mais absurdos propósitos de exploração.

(...)

A Comissão Pastoral da Terra e a Comissão Episcopal Pastoral Especial para o Enfrentamento ao Tráfico Humano, da CNBB, denunciam esse modelo que concentra riqueza às custas do suor de trabalhadores e trabalhadoras. Nos colocamos ao lado daqueles que têm sido protagonistas na luta contra a escravidão, na promoção de transformações sociais estruturais, visando à construção de uma economia e de uma sociedade que promovam a igualdade e a justiça, inclusive ambiental.

(...)

Não nos calemos diante das injustiças, prossigamos, aqui e agora, como sonhadores e construtores de utopia, deste outro mundo possível, conforme ao sonho do Deus dos pobres, o Deus de Jesus-Cristo!

Brasília, 24 de janeiro de 2020.
Comissão Pastoral da Terra & Comissão Episcopal Pastoral Especial para o Enfrentamento ao Tráfico Humano.

(*Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo)

8 DE MARÇO

Encontro histórico reúne mulheres do MST de todos os estados em Brasília

Evento reuniu cerca de 3.500 participantes em Brasília, de 5 a 9 de março. As participantes da atividade se somaram às mulheres da cidade num grande ato no dia 8 de março pela Esplanada dos Ministérios. O Encontro foi encerrado no dia 9 com a ocupação do Ministério de Agricultura como forma de denunciar os desmontes do governo Bolsonaro em relações às políticas sociais, em especial no campo.

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO
ENCONTRO NACIONAL
MULHERES SEM TERRA

Foto: Andressa Zumpano

Uma plateia formada por cerca de 3.500 mulheres, coloridas com as cores símbolos do feminismo e do socialismo, lilás e vermelho. Após três anos de preparação e mobilização, a emoção era o sentimento comum entre as presentes na abertura do 1º Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, na noite de 5 de março, em Brasília.

O evento é inédito e marca os 36 anos de trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Há três dias da data que marca o Dia Internacional das Mulheres, o Encontro se estendeu até o dia 9 e integrou a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres, marcada por mobilizações em todo o Brasil. A atividade ocorreu no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade Dona Sarah Kubitschek.

O evento trouxe como lema "Mulheres em luta, semeando resistência" e reuniu camponesas de todos os estados brasileiros. Entre as participantes também estão integrantes de movimentos e organizações parceiras do MST, e 30 internacionalistas integrantes de movimentos e organizações de 14 diferentes países da América Latina, América do Norte, Europa e África.

Seja na expressiva participação de mulheres, na qualidade da estrutura e da programação ou na beleza da ornamentação, o encontro refletiu um processo de organização e mobilização iniciado em 2017. Atiliana Brunetto, da Direção Nacional do Setor de Gênero do MST, enfatizou o esforço das militantes do Movimento na construção do evento. Entre as expressões dessa mobilização foram as mais de 200 cartas escritas por mulheres Sem Terra de todo o país, em momentos de preparação nos acampamentos e assentamentos.

A dirigente leu para a plateia a carta de Messilene Gorete, assentada do estado de Pernambuco: "[…] Ser uma mulher Sem Terra é ser mulher liberta, emancipada, valente, bonita, alegre. É ser uma mulher que chora, que sente dor própria e da outra e do outro, mulher com pertença, enaltecida, solidária. O MST me fez mulher, me fez um ser harmônico, que tem orgulho de viver. E tudo isso e um pouco mais é o que a cada dia me fortalece para seguir firme e convicta de que estamos do lado certo da história".

Para Ceres Antunes Hadich, assentada no Paraná e integrante da direção nacional, o Encontro é fruto de esforços coletivos, que persistem desde a origem do Movimento: "Sem dúvida nenhuma, a gente conseguiu chegar até aqui graças à construção histórica que o MST como um todo, que o conjunto da organização, sempre fez em torno desse debate da participação das mulheres, da igualdade de gênero, da gente possibilitar construir processos de igualdade. Então, isso também é resultado e mérito de toda a construção de luta social igualitária pelo que o MST constrói e acredita".

Foto: Andressa Zumpano

Mulheres do campo e da cidade semearam resistência nas ruas de Brasília

As 3.500 participantes do I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra se juntaram às companheiras da cidade na marcha do Dia Internacional das Mulheres, em Brasília. As longas vias da Esplanada, em Brasília (DF) foram coloridas, no dia 8 de março, pela diversidade de vozes, bandeiras e origens. Marchantes em ato alusivo ao Dia Internacional das Mulheres, integrantes de diferentes movimentos populares e organizações sociais do Brasil e de fora trouxeram à capital federal cor e a reafirmação da urgência da efetivação dos direitos humanos. Em tempos no qual o ódio, a misoginia e a adoção de um modelo de desmonte social são práticas institucionais – em especial pelo Legislativo e Executivo, a alegria das mulheres marchantes contrasta com a sisudez dos tempos atuais.

A presença no ato das mais de 3,5 mil trabalhadoras rurais participantes do I Encontro Nacional da Mulher Sem Terra colabora para um amplo diálogo entre campo e cidade. Para a representante da Via Campesina Nacional, Etelvina Maria Masioli, a pluralidade de expressões presentes no ato demonstram a bem-sucedida construção de unidade, de organizações conectadas pelo reconhecimento das pautas e lutas em comum.

Mulheres Sem Terra ocupam Ministério da Agricultura

Na manhã de 9 de março, as mulheres sem terra ocuparam o Ministério da Agricultura em Brasília. A mobilização integrava a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem Terra. Durante a ação, as trabalhadoras denunciam a realização de uma distribuição de titularidades individuais dos lotes de terra para os assentados de reforma agrária, a chamada titularização das terras, que visa a privatização das áreas; os cortes nos investimentos públicos; e a liberação desenfreada de agrotóxicos pelo governo Bolsonaro.

Apesar dos esforços do atual governo para ocultar o fracasso na economia, os brasileiros sentem na pele a queda dos investimentos públicos, que chegaram a ultrapassar R$ 66 bilhões entre 2012 e 2014 e agora, em 2020, tem previsões de ser abaixo de R$ 20 bilhões. Nesse contexto, o desemprego multiplica o número de pessoas desalentadas, sem teto e sem alimentos, tanto que o Brasil retornou ao Mapa da Fome, levantamento feito pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Além disso, a liberação de agrotóxicos no país, segundo o Ministério da Agricultura, foram liberados 474 agrotóxicos em 2019. A maior liberação dos últimos 15 anos.

As políticas de reforma agrária foram esfaceladas por medidas como o decreto nº 10.252 que enxuga a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O decreto extingue o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), o programa Terra Sol e outros programas que davam incentivos aos assentados, quilombolas e comunidades extrativistas. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) vai na mesma direção. No ano passado, o valor executado pelo PAA com recursos do Ministério da Cidadania foi de R$ 188 milhões. Para o período que se inicia a previsão é de R$ 101 milhões.

MEMÓRIA

Morre ex-presidente da CPT e bispo de Balsas (MA), Dom Enemésio Lazzaris

Faleceu na noite do dia 2 de fevereiro, às 23h30, Dom Enemésio Ângelo Lazzaris, aos 71 anos, na Casa da Congregação dos Orionitas, em Araguaína (TO). Bispo da Diocese de Balsas (MA) e ex-presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o religioso lutava contra um câncer no pâncreas desde janeiro de 2019.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CPT E DIOCESE DE BALSAS (MA)

Filho de Mário Lazzaris e Maria Pattel Lazzaris, Dom Enemésio Ângelo Lazzaris nasceu em Siderópolis (SC), no dia 19 de dezembro de 1948. Aos 12 anos, ingressou na Congregação da Pequena Obra da Divina Providência. Enemésio estudou filosofia em Ipiranga (SP), e Teologia na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais. Ele terminou o seu noviciado em 1965, licenciou-se em Teologia e fez os seus votos perpétuos em 27 de outubro de 1974, tendo sido ordenado no ano seguinte, em 26 de julho de 1975.

Enemésio foi Formador e Promotor Vocacional em Belo Horizonte de 1975 a 1981. Se especializou em espiritualidade no Teresianum, em Roma, Itália, entre os anos de 1981 e 1983. Assumiu a Direção do "Lar dos Meninos" e do Seminário "Dom Carlos Sterpi", de Belo Horizonte, entre 1983 e 1989. Logo depois, de 1989 a 1997, foi Pároco da "Paróquia Sagrado Coração de Jesus", em Araguaína, Diocese de Tocantinópolis.

Naquele ano, em 1997, Lazzaris foi nomeado Diretor da Comunidade do "Instituto de Artes e Ofícios Divina Providência" da cidade do Rio de Janeiro, onde ficou até 1998, quando então foi eleito Superior Provincial da Província Norte do Brasil, de 1998 a 2004. Nomeado Vigário Geral da Congregação Pequena Obra da Divina Providência, transferiu-se para Roma, onde permaneceu de 2004 a 2007.

Em 12 de dezembro de 2007, Enemésio Ângelo Lazzaris foi nomeado bispo da Diocese de Balsas. Em 29 de março de 2008, com a presença de diversos bispos do Maranhão e de outros estados, foi ordenado bispo, na Catedral do Sagrado Coração de Jesus, em Balsas, em uma celebração presidida por Dom José Belisário da Silva, arcebispo de São Luís (MA).

A partir do ano de 2008, Dom Enemésio passou a acompanhar a CPT no estado do Maranhão como bispo referencial, quando começou a contribuir com as lutas por terra, água e justiça social de centenas de comunidades do campo.

Foto: Douglas Mansur

"Testemunhamos a sua luta junto aos povos da terra e das águas na busca e conquista dos seus direitos. Ele foi sempre um companheiro dos sem voz e sem vez, ameaçados neste Maranhão, sendo junto a eles e a elas resistência, ânimo e coragem. Fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, procurou seguir a prática de Jesus Cristo, buscando envolver toda a comunidade e a sociedade na luta pela terra e produção na construção do Bem viver" – Equipe da CPT no Maranhão.

Já em 2009, Dom Enemésio foi eleito vice-presidente da CPT, permanecendo na função até o ano de 2012, quando, em fevereiro, ele passou a responder como presidente interino da entidade, devido à morte de Dom Ladislau Biernaski. No mês seguinte, em março de 2012, durante a Assembleia Nacional da Comissão Pastoral da Terra, o bispo foi eleito presidente da pastoral, permanecendo por dois mandatos à frente da organização até o ano de 2018, quando o então vice, Dom André De Witte, o substituiu.

Como presidente da CPT, em março de 2017, Dom Enemésio esteve na Universidade de Dayton, em Ohio, nos Estados Unidos, para receber o Prêmio de Direitos Humanos Dom Oscar Romero oferecido à CPT pelo trabalho em defesa dos pobres e das vítimas de Trabalho Escravo. "Quero, antes de mais nada, prestar uma homenagem a São Romero da América, mártir salvadorenho, assassinado em 1980, à filha desta terra Ir. Dorothy Stang, que tombou em defesa dos povos da floresta Amazônica, em 2005, e aos 1.833 homens e mulheres assassinados no campo brasileiro, desde 1985. A Comissão Pastoral da Terra completou, em 2015, 40 anos de existência", discursou, o bispo, ao receber a premiação.

Atuante nas causas sociais, Dom Enemésio também foi bispo referencial da Cáritas no Maranhão entre os anos de 2013 e 2018. Participava regularmente da vida institucional da organização, em níveis estadual e nacional, como: reuniões do Conselho Regional, assembleias e congressos, reuniões de planejamento e avaliação das ações. Ele também foi bispo referencial da Pastoral do Menor no Regional Nordeste V da CNBB, entre os anos de 2008 e 2018, comprometido em promover e defender a vida das crianças e adolescentes.

Foto: Universidad Dayton

"Todos somos vítimas desse sistema que privilegia o mercado e a produção em larga escala. Esse sistema capitalista que sempre visa a concentração de bens, que concentra os meios de produção, e até nossas sementes" – Dom Enemésio Lazzaris, 1ª Romaria Nacional do Cerrado em Balsas (MA) em 2017.

LUTA CONTRA O TRABALHO ESCRAVO

Entre os anos de 2012 e 2016, Dom Enemésio integrou o Grupo de Combate ao Trabalho Escravo, da CNBB. Já em 2016, na Assembleia Geral dos Bispos do Brasil, em Aparecida, São Paulo, a Conferência criou, a partir desse grupo, a Comissão Episcopal Pastoral Especial para o Enfrentamento ao Tráfico Humano (CEPEETH), sendo ele nomeado presidente.

"Há muitos crimes cometidos para os quais não se dá importância e não se leva em consideração. É preciso que nós, como pastorais, CNBB, sociedade e governos nos organizemos melhor para que este crime não continue acontecendo de uma maneira invisível e espantosa", manifestou Dom Enemésio Lazzaris, em junho de 2016, durante reunião da CEPEETH, quando também destacou que a Comissão precisa atuar para a prevenção do tráfico de pessoas e para que as situações deixem de ser invisíveis.

"Dom Enemésio tornou-se também um amazônida de coração, embarcou na defesa da nossa Casa Comum através da Rede de Notícias da Amazônia ajudando a interligar os povos lutadores, por meio da Rádio Boa Notícia de Balsas, onde defendeu os menos favorecidos nas entrevistas, editoriais e também por onde andou" – Padre Edilberto Sena, presidente da Rede de Notícias da Amazônia (RNA).

MEM

NINGUÉM CONSEGUE CALA

40 anos se passaram do martírio de Dom Oscar Romero, naquele fatídico 24 de março de 1980

ANTÔNIO CANUTO*

Sua palavra forte e clara na defesa do seu povo não era tolerada pelas forças dominantes. Por isso o quiseram calar. Mas ninguém consegue calar a força da profecia. Com sua morte, sua palavra se espalhou pelo mundo afora.

O povo imediatamente o reconheceu como santo.

A Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu o valor e a importância de sua vida e atuação em defesa dos Direitos Humanos e proclamou o dia de sua morte, 24 de março, como o Dia Internacional pelo Direito à Verdade acerca das Graves Violações dos Direitos Humanos e à Dignidade das Vítimas.

A Igreja oficial se mostrou reticente. Somente 38 anos após seu martírio é que foi reconhecido como santo. Foi canonizado pelo papa Francisco no dia 14 de outubro de 2018.

Um pouco da sua história

Dom Oscar Romero, desde 1970 era bispo, primeiro auxiliar de San Salvador e depois bispo da Diocese de Santiago de Maria. Por seu perfil conservador, foi nomeado, no dia 3 de fevereiro de 1977, como arcebispo de San Salvador.

Já no mês seguinte, em março de 1977, seu amigo, o Padre Rutílio Grande e dois camponeses foram assassinados pelas forças da repressão. Esta morte provocou a conversão de Dom Romero. A partir de então passou

Foto: Reprodução

a denunciar as injustiças sociais em programas de rádio e pela imprensa. Suas intervenções conseguiram grande penetração popular e passou a ser conhecido como "A Voz dos sem voz". Suas homilias eram carregadas de profecia. Cada vez mais pessoas acorriam às missas que ele celebrava para ouvir suas pregações.

Era preciso calar esta voz. E assim no dia 24 de março de 1980, durante a celebração de uma missa, foi morto por atirador de elite do exército salvadorenho, treinado na Escola das Américas, nos Estados Unidos. Em 1992, uma investigação conduzida pela ONU concluiu que o autor intelectual de sua morte foi o político e ex-oficial do Exército, Roberto D'Aubuisson. Nada melhor para comemorar estes 40 anos de glorioso martírio do que reproduzir o poema que Pedro Casaldáliga escreveu em sua memória.

São Romero de América, Pastor e Mártir nosso

O anjo do Senhor anunciou na véspera... O coração de El Salvador marcava 24 de março e de agonia. Tu ofertavas o Pão, o Corpo Vivo - o triturado corpo de teu Povo; Seu derramado Sangue vitorioso - o sangue "campesino" de teu Povo em massacre, que há de tingir em vinhos de alegria a aurora conjurada! O anjo do Senhor anunciou na véspera, e o Verbo se fez morte, outra vez, em tua morte; como se faz morte, cada dia, na carne desnuda de teu Povo. E se fez vida nova em nossa velha Igreja! Estamos outra vez em pé de testemunho, São Romero de América, pastor e mártir nosso! Romero de uma paz quase impossível nesta terra em guerra. Romero em flor morada da esperança incólume de todo o Continente. Romero da Páscoa latino-americana. Pobre pastor glorioso, assassinado a soldo, a dólar, a divisa. Como Jesus, por ordem do Império. Pobre pastor glorioso, abandonado por teus próprios irmãos de báculo e de Mesa...! (As cúrias não podiam entender-te: nenhuma sinagoga bem montada pode entender a Cristo). Tua "pobreria" sim te acompanhava, em desespero

Foto: Reprodução

fiel, pasto e rebanho, a um tempo, de tua missão profética. O Povo te fez santo. A hora do teu Povo te consagrou no kairós. Os pobres te ensinaram a ler o Evangelho. Como um irmão ferido por tanta morte irmã, tu sabias chorar, a sós, no Horto. Sabias ter medo, como um homem em combate. Porém sabias dar à tua palavra, livre, o seu timbre de sino! E soubeste beber o duplo cálice do Altar e do Povo, com uma só mão consagrada ao serviço. América Latina já te elevou à glória de Bernini na espuma-aureola de seus mares, no retábulo antigo de seus Andes alertas, no dossel irado de todas as suas florestas, na cantiga de todos os seus caminhos, no calvário novo de todos os seus cárceres, de todas as suas trincheiras, de todos os seus altares... Na ara garantida do coração insone de seus filhos! São Romero de América, pastor e mártir nosso: ninguém há de calar tua última homilia! Pedro Casaldáliga.

**Colaborador do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

15 anos do martírio de irmã Dorothy e os povos de Anapu (PA) continuam resistindo

Dia 12 de fevereiro completou 15 anos do assassinato da missionária norte-americana, irmã Dorothy Stang. Religiosa naturalizada brasileira, Dorothy pertencia à Congregação das Irmãs de Notre Dame de Namur. A freira, que fazia parte da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Anapu, no Pará, foi executada com seis tiros no lote 55 do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) – Esperança, em 2005. O assassinato foi encomendado por dois fazendeiros, Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, e Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão, em decorrência de disputa por terras que pertencem à União. Mesmo ameaçada de morte, Dorothy nunca fraquejou diante da missão da sua vida, lutar pelos pobres da terra, para que esses tivessem seus direitos garantidos e uma vida digna.

ÓRIA

AR A FORÇA DA PROFECIA

Foto: Arquivo CPT Pará

De 2005 a 2019, de acordo com dados de Centro de Documentação da CPT Dom Tomás Balduino, foram 23 assassinatos em conflitos no campo no município de Anapu (PA).

CRISTIANE PASSOS*

Em 1966, irmã Dorothy iniciou seu ministério, no Brasil, na cidade de Coroatá, no Maranhão. Nos anos 1970, passou a atuar junto aos trabalhadores rurais da região do Xingu. Sua atividade pastoral e missionária buscava a geração de emprego e renda com projetos de reflorestamento em áreas degradadas, junto aos trabalhadores rurais da área da Rodovia Transamazônica. Ela também lutava pela redução dos conflitos agrários na região.

Incansável, Dorothy atuou ativamente nos movimentos sociais no Pará. A sua participação em projetos de desenvolvimento sustentável ultrapassou as fronteiras da pequena Vila de Sucupira, no município de Anapu, a cerca de 700 quilômetros de Belém, capital do estado. A ação de Stang ganhou reconhecimento nacional e internacional.

A religiosa fazia parte da CPT desde a fundação da organização, há 45 anos, e acompanhou com determinação e solidariedade a vida e a luta dos trabalhadores do campo, sobretudo na região da Transamazônica, no Pará. Defensora de uma reforma agrária justa e ampla, Irmã Dorothy mantinha intensa agenda de diálogo com lideranças camponesas, políticas e religiosas. Dentre suas inúmeras iniciativas em favor dos mais empobrecidos, Irmã Dorothy ajudou a fundar a primeira escola de formação de professores na Rodovia Transamazônica, que corta ao meio a pequena Anapu. Era a Escola Brasil Grande.

A freira recebeu diversas ameaças de morte durante sua trajetória. Pouco antes de ser assassinada declarou: "Não vou fugir e nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar".

A luta de Dorothy permanece viva!

Durante o enterro de Irmã Dorothy Stang, em Anapu, foi dito que a religiosa não estava sendo enterrada, mas "plantada" em solo brasileiro.

Foto: Reprodução

As irmãs Jane Dwyer e Kátia Webster, da mesma congregação de Stang, continuaram sua luta e deram esperança ao seu legado. Da mesma forma, padre Amaro Lopes, assim o fez. Porém, as mesmas forças que tiraram Dorothy desse plano, continuaram a tentar assassinar a sua presença em meio ao povo pobre de Anapu.

Em 4 de março de 2018, após um longo processo de criminalização, padre Amaro Lopes foi preso. Ele foi vítima de falsas acusações por parte de fazendeiros e da Polícia Civil de Anapu, com o objetivo de mantê-lo afastado de suas atividades pastorais no município. O Ministério Público não encontrou provas que pudessem sustentar diversas das acusações até então levantadas pela Polícia. Foi feita uma verdadeira campanha de eliminação moral do Padre Amaro.

O religioso foi solto após um *habeas corpus* em junho do mesmo ano. Porém, o processo ainda corre e padre Amaro teve suas atividades limitadas por conta disso.

Nestes 15 anos, que tiveram como marcos temporais a execução de Dorothy e a prisão do Padre José Amaro, os PDS Esperança e Virola Jatobá não foram apenas listados como o Projeto de Dorothy. Nestes 15 anos os PDS Esperança e Virola Jatobá foram projetos de vida de muitos. Cerca de 400 famílias constituíram, nas glebas Bacajá e Belo Monte, que abrangem os dois PDS, formas de viver alternativas ao sistema de exploração do agronegócio. E é esta a grande ameaça para os grileiros, madeireiros e latifundiários da região: viver a floresta em um projeto sustentável.

Sínodo da Amazônia e o legado de Dorothy

Na mesma data em que fazemos a memória de Dorothy, foi publicado o documento "Querida Amazônia", a exortação pós-sinodal nascida de tudo o que foi vivido durante o Sínodo para a Amazônia, realizado em Roma, de 6 a 27 de outubro de 2019.

Um dos momentos que mais marcaram o Sínodo foi a procissão da Basílica de São Pedro à sala sinodal, com os cartazes e estandartes dos mártires da Amazônia.

Dorothy Vive!

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

DIA MUNDIAL DA ÁGUA

“Mais se eu vê esse rio secá, aí eu também vou secá igual o rio”, enfatiza a ribeirinha Dona Dina

Em 22 de março comemora-se o Dia Mundial da Água. Esse bem essencial para a vida está cada vez mais sob disputa: a CPT tem registrado ano após ano aumentos consideráveis dos conflitos no campo por água. Em contraponto a esse cenário conflituoso, há exemplos de conscientização e recuperação de nascentes, como dona Benedita, do Mato Grosso, que restaurou sua primeira fonte de água em 1996.

ELVIS MARQUES*

Analdina Gramacho, conhecida como Dona Dina, é ribeirinha das margens do Rio Carinhanha, situado no município de Cocos, no oeste da Bahia. Sua fala em relação à importância das águas para a sua vida vai de encontro com o sentimento de inúmeros outros baianos da região que, em 2017, iniciaram uma série de protestos em reação à captação ilegal de águas do Rio Arrojado, o que causava o secamento do mesmo e, consequentemente, a falta de água para a s comunidades do campo e da cidade.

Foto: Elvis Marques/CPT Nacional

Os conflitos por água, como o do oeste da Bahia, crescem ano após ano. Em 2018, a CPT registrou 276 conflitos pela água no Brasil, envolvendo 73.693 famílias. Esse tipo de conflito vem batendo recordes desde 2002, quando a pastoral começou a registrar em separado esses conflitos. E em 2019 não será diferente, os dados já apontam para um aumento superior aos anos anteriores. No ano de 2018, os casos se concentraram no Nordeste, 48,1%, 133 conflitos.

Em alguns lugares o problema é a captação irregular de água para irrigar monocultivos dos latifúndios, em outros é a degradação das nascentes, seja por conta das plantações em larga escala, do gado ou pelo desmatamento desenfreado. Apenas no município mato-grossense de Rondonópolis, a Pastoral da Terra estima que entre 800 e mil nascentes precisem de algum tipo de proteção, ou então vão desaparecer. “Essa ideia de cuidar das nascentes já vem de muito tempo. Depois que começamos a discutir sobre agroecologia, e que percebemos que esse modelo de produção agroecológica está interligado a tudo. E eu observava a situação das nascentes, que cada vez mais estão diminuindo”, explica Baltazar Ferreira, membro da coordenação da CPT no Mato Grosso.

O membro da pastoral conta que em 2011, a partir da temática “vida no planeta” da Campanha da Fraternidade da CNBB, foi realizado um encontro na comunidade Bananal sobre as nossas águas. “Tinha umas 80 pessoas presentes, e falamos sobre a situação das águas no mundo. Depois fizemos uma reunião na comunidade de Olga Benário, com umas 25 pessoas”. Entretanto, apesar da necessidade de recuperar as nascentes naquela região, não havia recursos financeiros para tal iniciativa. “Tínhamos só a cara e a coragem. Mas começamos o trabalho no Olga Benário. Falamos com Dom Juventino [Kestering, bispo da Diocese de Rondonópolis]. Fizemos um projetinho financeiro de cerca de R$ 1.880 para a Diocese, e, em novembro de 2011, com essa ajuda, fizemos a primeira recuperação de nascente, a do senhor Geraldinho. Ela estava bem degradada, e com erosão”, relembra.

Em comunidades no município de Rondonópolis, como a Olga Benário, Bananal e 17 de março, já foram recuperadas cerca de 40 nascentes, e outras 18 por conta própria dos proprietários dos lotes, que também participaram das reuniões e formações com a CPT. “Eu vejo que essa preocupação com as nascentes é crescente, pois a cada dia as águas diminuem”, aponta Baltazar, e acrescenta que “todo esse trabalho é desenvolvido em mutirão”. A importante iniciativa tem se espalhado, e Ferreira acredita que na região o número de fontes de água restauradas chegue a 80.

Nascida e criada na Comunidade São Benedito, no Bananal, Benedita Ribeiro conta que há 24 anos notou o secamento de uma de suas nascentes, e, naquele momento, já precisou fazer esse trabalho de recuperação. “Eu sou muito encantada com a natureza, e quando eu mudei para cá, aqui tinha muita água. E, de repente, com o pisar dos animais na água, ela foi diminuindo, e também era pouca proteção das matas perto das águas. Com isso, a gente foi deixando mais o mato em volta, fomos protegendo, e plantamos mais mato ao redor. E a água está aumentando, e é uma maravilha para nós. Se a gente não cuidar da água, não temos vida, nem os animais, nem as plantas”.

Foto: CPT Piauí

GOIÁS E PIAUÍ

Para a CPT em Goiás, a preservação das nascentes e o reflorestamento das áreas que as cercam é uma ação de cuidado com a Casa Comum, como propõe o Papa Francisco. “Esse processo de recuperação das nascentes, em quase sua totalidade, segue uma metodologia de, inicialmente visitar as comunidades, e, a partir de um encaminhamento coletivo, diagnosticar a situação das nascentes que precisam de proteção e cuidados”, detalha a Equipe da CPT da Diocese de Goiás.

Em 2019, a CPT em Goiás, junto com as comunidades, conseguiu realizar o cercamento de 15 nascentes. “É claro que esse processo de recuperação é lento e exige o acompanhamento permanente e o envolvimento das famílias”, pontua a Equipe.

A CPT no Piauí lançou, em 2017, o documentário “Água é vida”, que traz um registro do projeto “Preservação das Nascentes e Matas Ciliares na região dos Cerrados Piauienses. Como o avanço do agronegócio está contribuindo para a destruição das nascentes?”. No estado, essa ação é desenvolvida com as comunidades de Várzea Grande e Nova Santana, no município de Cristino Castro, e Rio Preto, em Bom Jesus.

A Pastoral da Terra enxerga que “apesar das adversidades, estas comunidades resistem ao processo de apropriação e exploração indevida dos grandes projetos, que têm contribuído consideravelmente com a contaminação e morte das nascentes. A utilização dos venenos, o desmatamento e todo o pacote do agronegócio têm limitado a reprodução da vida destes sujeitos e acabado com as riquezas naturais e culturais do Cerrado Piauiense”. A experiência de trabalho com as nascentes no Piauí é inspirada em ações desenvolvidas pela CPT no Mato Grosso do Sul.

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT.*

V CONGRESSO NACIONAL DA CPT

Em Romaria, rumo ao V Congresso Nacional da CPT

THIAGO VALENTIM*

Foto: Joka Madruga

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) se prepara para o seu V Congresso Nacional, que acontecerá na cidade de Marabá, no Pará, entre os dias 12 e 16 de julho de 2020. O tema que anima a realização deste Congresso é "Romper as cercas do capital na Terra e Territórios ameaçados e tecer as teias do Bem Viver na Casa Comum" e o lema "Somos Terra, Somos Água, Somos Vida". Nos 45 anos de vida da CPT, a celebração se torna necessária para manter acesa a chama da esperança em tempos difíceis e fortalecer a luta de inúmeras comunidades do Brasil.

O Congresso da CPT é um momento importantíssimo na caminhada da pastoral, que assume como missão "ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo". A CPT não define o modo dessa presença por si mesma, mas a partir da escuta atenta e próxima dos clamores dos povos e das esperanças que emergem em suas lutas. Um dos espaços privilegiados dessa escuta é justamente o Congresso. Por isso que as trabalhadoras e os trabalhadores são maioria neste momento, de todos os cantos do Brasil, para que expressem suas dores, façam suas denúncias e apontem para a CPT os caminhos que deve assumir nos próximos anos. Esses gritos vão sendo assumidos pela CPT posteriormente, na definição das prioridades, nas atividades em todas as instâncias e nas manifestações públicas.

Um Congresso da CPT é sempre riquíssimo em espiritualidades, canções, símbolos, culturas, expressando a diversidade do Brasil. São inúmeras experiências de resistência, de organização comunitária, de mobilização social coletiva, de formação e capacitação, de religiosidade popular que se encontram para serem partilhadas e fortalecidas. A memória dos mártires, de mulheres e homens que doaram suas vidas e tiveram seu sangue derramado em defesa da vida das pessoas e da natureza, também se fez presente de maneira bastante forte, pois o martírio dessas irmãs e irmãos é combustível para manter acesa a chama das lutas hoje. E é uma legião de mártires que caminha conosco!

Mas o Congresso já começou! Começou na preparação das comunidades e das trabalhadoras e trabalhadores; na mobilização das agentes e dos agentes da CPT; na organização das equipes de serviço, na preparação da infraestrutura, no pensar a metodologia, no comunicar os processos e no tecer os caminhos da espiritualidade. E em Marabá uma grande delegação se encontrará para representar todo um debate que está sendo feito, diante de um contexto de profundas crises e retrocessos de direitos, que afeta diretamente e prioritariamente os povos do campo.

O Congresso é nacional e discutirá a realidade do campo brasileiro. No entanto, sendo realizado em Marabá, no sudeste do Pará, trará presente de maneira particular a imensa região amazônica, com seus povos, suas culturas, sua biodiversidade, mas também suas lutas, os conflitos. Uma memória especial a ser vivenciada durante o Congresso é a dos 19 trabalhadores assassinados em Eldorado do Carajás, na Curva do "S", no dia 17 de abril de 1996, acontecimento que completará 24 anos no próximo dia 17 de abril. A data se tornou o dia internacional de luta pela Reforma Agrária.

O Congresso possui, entre outros, dois grandes chamados importantes:

- **Romper as cercas do capital na terra e territórios ameaçados.** É a luta diária de comunidades para retomar e permanecer em seus territórios diante da violência do grande capital, manifestada nas ações do agronegócio, do hidronegócio, da mineração, da especulação imobiliária, dos latifundiários que a todo custo grilam terras, invadem territórios, sempre usando a violência e o preconceito como armas para o alcance de seus objetivos. Os povos já sabem que somente a organização e a resistência são capazes de, diariamente, ir rompendo as cercas do capital e construir os territórios do Bem Viver.
- **Tecer as teias do Bem Viver na Casa Comum**. Os desafios são enormes e faz-se necessária muita articulação, união das forças, tecer de fato redes de partilha, de acolhimento, de defesa, de união e de organização. São inúmeras as redes formadas em todo o Brasil e a cada dia novas articulações estão surgindo. O Papa Francisco tem convocado insistentemente toda a população mundial para o cuidado com os pobres e a defesa da Casa Comum. Exemplo disso é a Carta Encíclica Laudato Si, sobre o cuidado com a Casa Comum, lançada em 24 de maio de 2015 e a Exortação Apostólica Pós-Sinodal Querida Amazônia, lançada no último dia 02 de fevereiro de 2020, fruto da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica, realizada no Vaticano, de 06 a 27 de outubro de 2019. Dessa forma, o V Congresso da CPT está em profunda comunhão com o Papa Francisco, com seu projeto de Igreja em Saída e suas aspirações pastorais.

Ao afirmar que "Somos Terra, somos Água, somos Vida" a CPT faz ecoar a vivência que camponesas e camponeses, povos e comunidades tradicionais possuem sobre a natureza, de fazer-se e sentir-se parte, de saber que todo ataque aos bens naturais é um ataque também à pessoa humana, principalmente aqueles e aquelas que dependem diretamente da natureza para viver. De outra forma, todo o cuidado com a natureza é também um cuidado com o ser humano.

A CPT convoca todas as comunidades camponesas do Brasil, pastorais e organismos eclesiais, movimentos do campo e da cidade, a entrarem nesta grande ciranda em preparação ao seu V Congresso Nacional. Os debates, as celebrações, as partilhas, as caminhadas e romarias nos levarão à Marabá, numa grande romaria pela terra, pela água e pela vida plena. Uma boa preparação para quem irá a Marabá, mas também para quem não estará fisicamente presente, mas com certeza estará em comunhão. E vamos aumentando a grande teia dos povos do Brasil, unindo forças para derrotar o inimigo que é comum a todos, pois como já diz a canção "sozinho, isolado, ninguém é capaz".

*Agente da CPT Ceará e Coordenação geral do V Congresso Nacional da CPT.

MULHERES

Organização de mulheres e luta pela terra no Território Fluminense

VIVIANE DA SILVA E
TARIANE BERTOZA DA SILVA*

A reflexão sobre a trajetória de mulheres camponesas se apresenta como desafio, em termos de registro e sistematização. Ao reconhecermos histórias de vida e luta de mulheres que vieram antes de nós, olhamos para nós mesmas, a fim de compreender a ideia de "coletivo" que nos move e identificamos as possibilidades de ações futuras.

Assim, nos propomos a apresentar experiências organizativas de mulheres a partir de dois contextos históricos distintos: o primeiro, na década de 1950 na baixada fluminense; e o segundo, quando emerge um novo ciclo de luta pela terra, em meados da década de 1980. No norte fluminense, esse movimento resultou na construção de espaços coletivos nos quais várias mulheres participam, com intuito de realizar seus projetos de vida.

No decorrer da década de 1950, as associações de lavradores emergem enquanto forma de luta contra as ações de despejo que se tornaram um dos principais mecanismos de expulsão de famílias de posseiros em diferentes localidades da baixada fluminense. Josefa Paulino da Silva é uma das lideranças que se destacou nesse movimento. Em seu relato, registrado por meio de uma biografia de sua trajetória de vida, essa liderança realça que a participação de mulheres nessas associações se deu na tentativa de resistir às pressões ocorridas sob a forma de ameaças, despejos, perseguições e prisões por meio da força policial e de grileiros. Entre as associações e/ou comissões de mulheres desse período estão: a Associação Feminina de Papa Folha, criada em 1954; Associação Feminina de Barro Branco, 1954, Associação Feminina de Parque Estoril; Comissão de Mulheres de Piranema, criadas entre 1954 e 1955; Comissão Feminina ou Departamento Feminino do Km 41, de Xerém, em Duque de Caxias.

Josefa afirma que, por meio dessa ferramenta organizativa elas arrecadavam recursos financeiros para a confecção de materiais de comunicação, a exemplo do jornal "Imprensa Popular", de Xerém. Essa experiência permitiu que essas mulheres adquirissem um nível de organização na luta pelo direito de posse da terra e nas ações de reivindicação do direito à liberdade de militantes (maridos, filhos, entre outros) frequentemente presos pela força policial. Em razão dos despejos que passaram a se tornar mais frequentes, essas organizações de mulheres sofreram um processo de dispersão ao longo do tempo. Apesar disso, para Josefa, isto não significou a paralisação das atividades realizada pelas mulheres, uma vez que muitas delas se inseriram na luta sindical e, posteriormente passaram a fazer parte das ocupações de terra.

Foto: Coletivo Regina Pinho

Outro momento, já na década de 1980, um novo ciclo de ocupações de terra liderado pela FETAG e o MST resultou em múltiplos espaços de discussão de questões relacionadas a manejo do solo, a comercialização de produtos agrícolas, a saúde e educação popular em áreas de acampamentos e assentamentos. No norte fluminense, essas experiências adquirem forma por meio da ação de coletivos, protagonizados principalmente por mulheres, para a construção de espaços de comercialização da produção para as famílias assentadas na região.

Esse processo de articulação ganhou força quando Regina dos Santos Pinho e outras lideranças do Zumbi passaram a se reunir com agentes pastorais e educadores para discutir estratégias de geração de renda para mulheres assentadas.

Regina era viúva, mãe de três filhos e viveu em São Gonçalo (RJ) até se inserir na luta por reforma agrária, através da ocupação do MST, em Conceição de Macabu no ano de 2000. Em 2002, foi assentada no Zumbi, e continuou na luta por bens e serviços públicos, como transporte, equipamentos de lazer e escola para o assentamento. Não por acaso, se deu a sua inserção em coletivos de saúde e sua participação no trabalho organizativo das mulheres assentadas. Em fevereiro de 2013, a vida de Regina foi ceifada deixando muita dor, tristeza e indignação.

Foto: MST

Buscando dar continuidade a esse trabalho político, no decorrer do ano de 2015, um grupo de mulheres realizou uma agenda de formação, e passou a se autodenominar Coletivo Regina Pinho, como uma forma de homenagear Regina dos Santos Pinho. Nesse percurso, as mulheres do Coletivo, apontaram os principais entraves e possibilidades de sua trajetória organizativa, partilharam afetos, sonhos e dificuldades. Uma ação importante realizada pelas mulheres desse coletivo foi à elaboração de uma Moção de Repúdio contra a invisibilidade da situação de violência a que estão expostas muitas mulheres nesse assentamento.

Ao sistematizarmos a trajetória política dessas mulheres, nos deparamos com algumas indagações: quem são as mulheres camponesas que nos antecederam? Que saberes se constituem nesse fazer coletivo? Enfim, procurávamos uma forma de comunicar a complexidade de experiências ricas em sentidos e valores que nos motivam na caminhada. Além disso, a leitura desse processo nos permite pensar os desafios de nosso fazer pastoral.

Esse saber-fazer, enquanto movimento político de mulheres, ocorre por meio de fluxos que tendem a sofrer (des)continuidades, pois enfrentam estruturas sociais perversas (patriarcado, machismo, feminicídio, capitalismo), sistemas de opressão que nos exploram e nos desvalorizam historicamente submetendo-nos cotidianamente a diferentes formas de violência, com intuito de deslegitimar nossa capacidade de Ser, mais, sempre mais! Nesse sentido, utilizando as palavras de Nancy Cardoso, teóloga e assessora da Comissão Pastoral da Terra, temos diante de nós o desafio e a oportunidade "de somar esforços na construção da crítica, superação e criação de representações do imaginário das/para as mulheres".

*Agentes da Equipe CPT Rio de Janeiro.

Na Venezuela, Encontro Contra o Imperialismo reúne militantes dos cinco continentes

"A paz do planeta está seriamente ameaçada pela política de agressões militares dos Estados Unidos", afirma o documento final, aprovado por unanimidade, no Encontro Mundial Contra o Imperialismo, realizado entre os dias 22 e 24 de janeiro, em Caracas, na Venezuela. O evento reuniu cerca de 800 pessoas dos cinco continentes e foi realizado

Foto: Miclele de Melo Brasil de Fato

a partir de uma convocatória do XXV Foro de São Paulo. O encontro foi organizado pelo Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), do atual presidente Nicolás Maduro, e contribuiu para uma articulação internacional em relação ao tema, além de levar as experiências do país sul-americano a outros países.

Com espaços de debate sobre a indústria cultural hegemônica, as ações militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e o socialismo bolivariano do século 21, os militantes debateram, ao longo de três dias, sobre alternativas ao modelo econômico atual. "É mais que evidente a forma de atuar do império [estadunidense]. Se vemos apenas o exemplo da Venezuela, você se dá conta de que um país poderoso, ainda mais belicamente falando, se intromete em assuntos internos, tem um plano e um interesse de gerar o caos total na nossa economia e na sociedade", comentou Diva Guzmán, vice-ministra de Educação para o Trabalho da Venezuela.

Além do debate do eixo geral do encontro, o anti-imperialismo, também ocorreram mesas de trabalho setoriais: de mulheres, negros e negras, povos originários, trabalhadores e trabalhadoras, comunas, comunicação e juventude. Na mesa sobre as comunas, foi proposta a criação de uma biblioteca online para compartilhar experiências de construção do poder popular, como as comunas venezuelanas ou os assentamentos do MST no Brasil. Além disso, para o mês de abril, as organizações pretendem construir um dia de denúncias sobre as agressões militares estadunidenses no Oriente Médio e na América Latina, junto a um chamado pela paz mundial.

(Fonte: Michele Mello/Brasil de Fato)

Foto: Reprodução Brasil de Fato

A imprevisível e turbulenta eleição na Bolívia

As novas eleições gerais da Bolívia devem ocorrer no primeiro domingo de maio, dia 03, decisão que foi divulgada pelo Tribunal Supremo Eleitoral boliviano no dia 03 de janeiro deste ano. Além de votar para presidente, o povo boliviano também deve eleger deputados/as para a Assembleia Legislativa. Esse novo pleito ocorre em substituição à eleição de 20 de outubro de 2019, quando Evo Morales, do Movimento Ao Socialismo (MAS), e Álvaro García Linera foram reeleitos com 2,8 milhões de votos e mais de dez pontos percentuais de diferença em relação ao segundo colocado, Carlos Mesa, da Comunidade Cidadã (CC).

Naquela época, diante de atos violentos e pressão de militares, Evo, que está exilado na Argentina, renunciou ao cargo no dia 10 de novembro. O setor mais radical da oposição queria forçar a realização de um segundo turno. Todavia, com a consumação do golpe, a senadora Jeanine Áñez se autoproclamou presidente, como fez Juan Guaidó na Venezuela, e os partidos representados no parlamento concordaram em cancelar as eleições de outubro e convocar uma nova votação no país.

Já no fim do mês de janeiro deste ano, após uma reunião em Buenos Aires, na Argentina, dirigentes do MAS de nove estados bolivianos e do Pacto de Unidade, definiram o nome de Luis Arce como candidato presidencial e David Choquehuanca como vice para as eleições gerais, escolhas apoiadas por Evo. Luis Arce foi ministro de Economia e Finanças da Bolívia nos mandatos de Morales.

(Fonte: Brasil de Fato e TeleSur)

Entidades denunciam perseguições a lideranças sociais da Guatemala e de Honduras

Reconhecido internacionalmente por sua atuação no Comitê para a Unidade Camponesa (CUC), o líder indígena da Guatemala, Daniel Pascual, sofre, conforme denúncia de movimentos populares do país, com a perseguição de Ricardo Rafael Méndez Ruiz, filho do general aposentado Ricardo Méndez Ruiz Rohrmoser, que foi ministro do ditador Efraín Ríos Montt, considerado um dos militares mais sanguinários da América Latina. O indígena é acusado por Ruiz pelos crimes de difamação, calúnia e injúria.

Presidente da Fundação Contra o Terrorismo, Ricardo Rafael denunciou Pascual em junho de 2013. As acusações estão ligadas a declarações feitas pelo líder indígena em uma entrevista coletiva após ter sofrido uma tentativa de assassinato em San Juan Sacatepéquez, em meio a conflitos pela construção de uma fábrica de cimento no município. Na época, a liderança denunciou uma perseguição midiática, e que a fundação compartilha informações falsas sobre ele e outros.

Já em Honduras, a Via Campesina, em manifestação pública, também denunciou a perseguição ao líder camponês Sebastián Reyes Bardales, da Central Nacional de Trabalhadores do Campo (CNTC) do estado hondurenho de La Paz. O trabalhador é alvo de ameaças de morte por sua luta em defesa dos bens naturais. "Denunciamos e repudiamos a atitude criminosa dos predadores de florestas em sua ânsia de destruir nossos recursos florestais com uma riqueza econômica substancial para eles", afirmou a Via.

(Fontes: Via Campesina, Brasil de Fato e People's Dispatch)

"Se eu quisesse, teria tomado controle de todo o governo", afirmou presidente de El Salvador

El Salvador, assim como diversos outros países da América Latina, passa por momentos de turbulências políticas e tentativas de golpes de Estado. O presidente do país, Nayib Bukele, no dia 09 de fevereiro, ordenou uma invasão militar na Assembleia Legislativa para 'pressionar' os deputados a aprovar um projeto. Na época, o mandatário disse que, se quisesse, "teria tomado o controle do governo na mesma noite".

A Coordenadora Latinoamericana de Organizações do Campo (CLOC), em nota divulgada no dia 10, manifestou: "Observamos com preocupação que o governo de El Salvador, por meio de seu presidente Nayib Bukele, apresenta todo um mecanismo autoritário e antidemocrático em um país irmão que sofreu muitos anos de violência e guerra [...]".

(Fontes: CLOC e Opera Mundi)

PÁGINA BÍBLICA

Evangelho de Mateus

Nessa edição Sandro Gallazzi nos traz reflexões sobre o apóstolo Mateus.

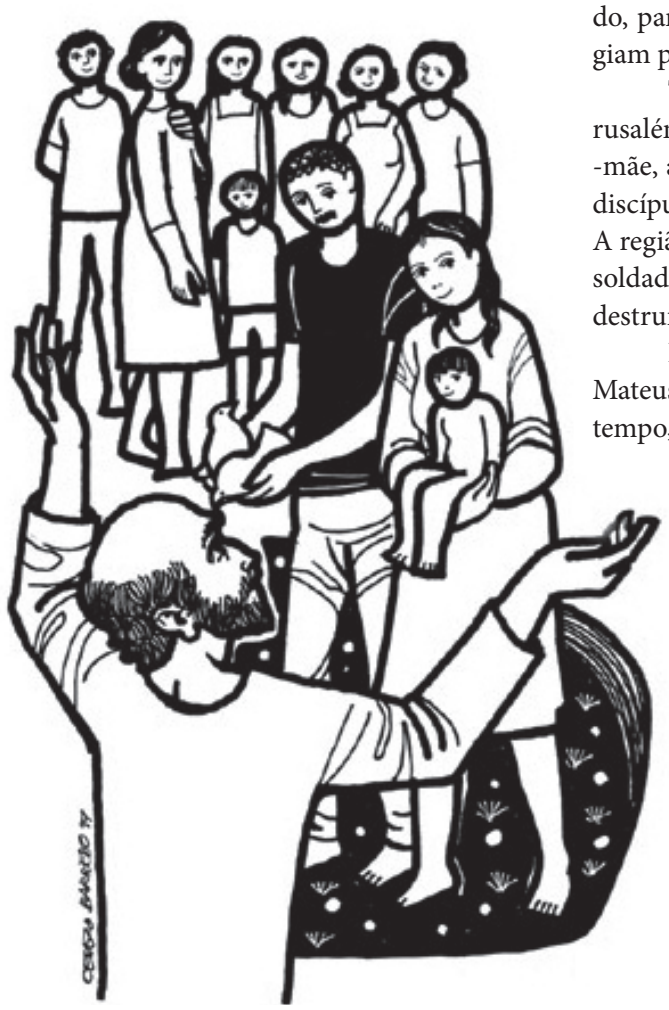
SANDRO GALLAZZI*

Pretexto e contexto

Poucos anos depois, a comunidade de Mateus sente a necessidade de escrever outro Evangelho. Já tinha em suas mãos o texto de Marcos e vai segui-lo quase em tudo, mas não lhe basta. Por que escrever outro?

Porque o grupo é outro, a situação histórica é outra e as dúvidas são outras.

Estamos na Síria, ao noroeste da Palestina, uma região de latifúndio, com muita gente pobre. A comunidade de Mateus é quase totalmente formada por judeus. São cristãos que vieram do judaísmo e conhecem bem o Antigo Testamento que utilizam em seus encontros e celebrações. Já usam a palavra ecclesia para identificar-se.



Este grupo não sofreu diretamente a perseguição, porém estava atravessando outra crise. Temos que voltar ao ano 66 dC. Em Roma, os cristãos eram perseguidos pelo imperador, e na Judéia acontecia o levante dos zelotes, que chegaram a expulsar as tropas romanas da Palestina.

Os cristãos não entraram na guerrilha, ao lado dos zelotes, e foram para Péla, uma cidade além do Jordão. Por que não combateram? Porque não interessava mais aos cristãos o projeto zelote da purificação do templo.

Roma vai reprimir a guerrilha dos zelotes. Vespasiano, general da Ásia, desce com suas legiões para sufocar a revolta. Por sorte acontece a morte de Nero. Vespasiano, que queria ser imperador, suspende a campanha contra os zelotes e dirige-se a Roma com seus soldados. Os zelotes podem respirar aliviados, mas por pouco tempo.

Nomeado imperador, Vespasiano encarrega seu filho Tito de terminal missão punitiva.

Nos anos 70 chega a Jerusalém, destruindo-a por completo conforme as palavras de Jesus: "não ficará pedra sobre pedra". Tito declara Judeia terra inóspita e joga sal no solo, em sinal de esterilidade. Muitos judeus abandonaram a região e refugiaram-se nas terras próximas. É provável que alguns destes refugiados tenham chegado à comunidade de Mateus na vizinha Síria.

Os zelotes se refugiaram em Massada, uma fortaleza no deserto judaico.

Os romanos tardaram dois anos para conquistar Massada e quando conseguiram entrar, encontraram todos os zelotes mortos. Eles se suicidaram para não cair prisioneiros dos romanos.

Para nós, o significado da destruição de Jerusalém pode ser secundário, nada mais que um fato histórico. Entretanto para um grupo de hebreus, este fato foi muito significativo. Jerusalém não era apenas a capital, era um símbolo, o centro do Reino de Deus, a "cidade santa".

Para os judeus, Jerusalém era a luz das nações, o centro do novo mundo, para onde todos os povos se dirigiam para encontrar a salvação.

Também para os cristãos, Jerusalém era importante, era a igreja-mãe, a terra de Jesus e dos primeiros discípulos. Agora tudo está destruído. A região foi esmagada pelas botas dos soldados romanos. A cidade santa foi destruída pelas suas legiões.

Imaginem os companheiros de Mateus: judeus e cristãos ao mesmo tempo, ouvindo os outros judeus, seus parentes, companheiros, amigos e vizinhos que chegavam refugiados dizendo: Onde estavam vocês na hora da luta? Vocês não estavam conosco, seus covardes. E mais ainda: Por que Deus permitiu que o templo fosse destruído? Na lógica da retribuição, alguém devia ter feito algo grave, para que Deus permitisse tudo isso.

Vocês, os cristãos, são os culpados: sujaram o templo com sua impureza, abandonaram a circuncisão, não obedeceram ao sinédrio desprezaram a sagrada lei de Moisés, traíram o povo. Por isso Deus permitiu que Jerusalém fosse destruída.

Este é o problema do grupo de Mateus: será que o cristianismo não passa de uma mentira? Será que nos deixamos enganar? Por que abandonamos a lei de nossos pais e seus costumes para seguir estes rudes galileus que vieram sem autoridade?

Mateus tem em mãos o texto de Marcos, porém isto não basta para ajudar sua comunidade a resolver estas dúvidas tão profundas. Ele precisa escrever outro Evangelho, para que seu grupo possa seguir adiante na fidelidade ao Senhor.

2.2. Texto

Mateus, bom judeu, recupera a memória da genealogia de Jesus, filho de Abraão, filho de Davi. Uma genealogia construída em três grupos de 14 nomes: todo o Antigo Testamento chega a seis semanas de nomes. Jesus inicia a sétima semana, a definitiva. O resto foi só uma preparação. (Mt 1, 1 – 17).

E José, o judeu justo, passa a ser o modelo da comunidade de Mateus. Ele também passou por uma grande dúvida: receber ou não Maria grávida em sua casa. Sua reação instintiva era de afastar-se dela, mas o anjo lhe garantiu:

Não tenhas medo de receber Maria. Aquele que dela vai nascer é do Espírito e tu lhe darás o nome de Jesus. Ao contrário, Jerusalém não é capaz de receber a Jesus. Quando ele nasce, os povos do Oriente vêem a luz, a estrela da qual falava o profeta Isaías. Seguem a estrela, mas quando chegam a Jerusalém a luz se apaga e ficam perdidos (Mt 1,18-25).

Ao sair da cidade, a estrela volta a brilhar e os conduz até Jesus (Mt 2,1-12).

Não é Jerusalém a luz das nações, é Jesus!

A destruição de Jerusalém foi como jogar fora uma lâmpada queimada.

*Assessor da CPT.

EXPERIÊNCIA

Mineração Aqui Não! Pela Vida dos Povos e das Águas do Semiárido!

A semente da campanha "Mineração Aqui Não! Pela vida dos Povos e das Águas do Semiárido!" foi plantada pelas comunidades tradicionais Geraizeiras contra o projeto da Sul Americana de Metais (SAM), e envolveu outras lutas na Bacia do Jequitinhonha e no Semiárido.

ALEXANDRE GONÇALVES*

A SAM, inicialmente do Grupo Votoratim e hoje de capital chinês, tenta há mais de 10 anos aprovar o licenciamento ambiental de um projeto de exploração de minério de ferro no município de Grão Mogol, no norte de Minas Gerais, região alta da Bacia do Rio Jequitinhonha.

A região de Grão Mogol, um trecho da Serra do Espinhaço, divisa de águas entre o Jequitinhonha e o São Francisco, é uma transição entre Cerrado, Caatinga e ainda apresenta resquícios de Mata Atlântica. Região dos Gerais. Dos Povos dos Gerais. Uma diversidade incrível. Mas que foi profundamente afetada a partir do final da década de 1960 pelas empresas de monocultura de eucalipto. Quebrou-se um equilíbrio entre natureza e comunidades – que atualmente os camponeses da região tentam re-estabelecer. O Cerrado das chapadas, nascentes e rios foram destruídos. As terras comuns tomadas pelas empresas financiadas pela ditadura militar. As águas diminuíram em função do desmatamento e da evapotranspiração da monocultura do eucalipto. Hoje o acesso à terra foi negado. O acesso à água é um grande problema, urbano e rural, tanto em qualidade como em quantidade.

Como farsa vem chegando a mineração. Com falsas promessas e articuladas com governos autoritários, criam ilusões frente a um cenário de forte crise econômica e socioambiental. A SAM e o Governo de Minas Gerais são inescrupulosos. O governo declarou em audiência que a política pública para o norte de Minas é o projeto da SAM. A empresa fez acordo com o governo, fragmentando o licenciamento ambiental do projeto para a competência da Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais, e assim facilitar as licenças. Após Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Estadual (MPE) e Ministério Público Federal (MPF), o licenciamento está suspenso – o licenciamento é federal pois envolve os estados de Minas e Bahia.

Mas o projeto da SAM não terá apenas um impacto regional. Envolve toda a Bacia do Jequitinhonha, corta o Semiárido entre Minas e Bahia, e ainda atinge os ecossistemas costeiros em Ilhéus (BA).

Os dados do projeto Bloco 8, por si só, já são reveladores: 6.200.000 litros de água por hora (totalizando 54,3 bilhões de litros de água por ano); 1,5 bilhão de toneladas de rejeito – a 2ª maior concentração de rejeitos do mundo; Duas barragens de rejeitos que, somadas, são quase 100 vezes maior, em volume de rejeito e em área ocupada, que a barragem do Córrego do Feijão, protagonista do crime em Brumadinho (MG); mineroduto de 482 km de extensão; remoção forçada de 11 comunidades tradicionais acarretando sérios impactos às suas culturas materiais e imateriais; poluição da água, do solo e do ar; destruição de cavernas e do geo-ecossistema das cangas ferruginosas; migração; pressão sobre os serviços públicos; aumento da violência, inclusive sexual; deslocamento do poder de decisão sobre a economia regional; minero-dependência; e muitos outros impactos negativos.

A Campanha "Mineração Aqui Não" possui alguns bons desafios:

Os povos e as águas do Semiárido: além do projeto de morte da SAM, existem outros projetos minerários nesta região. Os efeitos da mineração são muito mais devastadores comparados às regiões com índices maiores de precipitação;

A Bacia do Rio Jequitinhonha: existem vários projetos minerários, e os principais são: Mineração de Ferro no Serro e em Grão Mogol, e lítio na região de Araçuaí. O povo/rio do Jequitinhonha sofrem uma grande ameaça caso esses projetos sejam implementados;

A campanha potencializa as ações desenvolvidas pelas comunidades, como a construção do protocolo de consulta no caso da SAM, audiências públicas e outras atividades. Busca fortalecer as trocas de experiências entre as comunidades, divulgar informações e atualizar as comunidades e a sociedade em geral sobre o que vem ocorrendo na luta em defesa dos povos e contra a mineração.

Entenda as manobras que a SAM faz para tentar aprovar a Licença Ambiental:

1) Política: Em setembro de 2019, na sede da Sociedade Rural em Montes Claros (MG), o Governador Romeu Zema (Novo) assinou um protocolo de intenções com a SAM. Nas palavras do documento, o Governo objetiva a "conjugação de esforços do Estado", concedendo "benefícios" para "viabilizar a implantação do Projeto Bloco 8" – da SAM.

2) Fracionamento do licenciamento ambiental: A empresa SAM fez uma manobra para facilitar a aprovação do licenciamento ambiental, fragmentando o projeto com 2 licenciamentos: o complexo minerário (através da Superintendência de Projetos Prioritários – Suppri)/Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD) e o mineroduto (através do IBAMA). O MPF e o MPE, de forma conjunta, moveram uma Ação Civil Pública contra o processo de licenciamento, focando na ilegalidade da fragmentação. Para o fracionamento, a SAM "criou" uma empresa com o nome de Lotus para construir o mineroduto, que a SAM é sócia, escancarando de vez a estratégia. A manobra da SAM foi armada pois o IBAMA, em 2016, indeferiu o processo considerando o projeto da SAM inviável ambientalmente. Atualmente o licenciamento está suspenso pela Justiça.

3) Projeto camaleão: Desde 2010 o projeto se arrasta e tem várias versões. A população não tem informações confiáveis sobre qual o desenho do projeto. A água para a mineradora será captada da hidrelétrica de Irapé? Será construída uma barragem no Rio Vacarias, que hoje está praticamente seco? Serão destruídas 70 ou 30 nascentes? Será construído um muro de contenções no caso de rompimento barragem que não está previsto no Estudo de Impacto Ambiental (EIA)? Ninguém sabe ao certo qual será o projeto, e a SAM usa isso para cooptar as comunidades e poder público local, como também para facilitar o licenciamento.

*Agente da CPT em Minas Gerais.

Cultura

8 de março: Mulheres

Fotos: Andressa Zumpano

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

☐	Brasil	R$	10,00
☐	Para o exterior	US$	20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 - Comissão Pastoral da Terra
CNPJ: 02.375.913/0001-18
Informações cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta Postal Básica
9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO **VIA AÉREA**